

Ata da 19ª Reunião Ordinária do Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI

Data: 09 de dezembro de 2004

Horário: 10:00h às 17:00h

Local: Academia de Tênis, Sala Havana, Brasília/DF

I. Presentes (Anexo I)

I.1. Membros do Comitê Gestor

Carlos Henrique Cabral Duarte – BNDES

Carlos José Pereira de Lucena – PUC-RJ, Representante da Comunidade Científica

José Roberto Drugowich de Felício – CNPq

Manuel Fernando Lousada Soares – MDIC

Paulo Roberto Tosta da Silva – FINEP

Roberto Pinto Martins – MCT – Suplente

Sérgio Bampi – UFRGS, Representante da Comunidade Científica – Suplente

Silvio Romero de Lemos Meira – UFPE, Representante da Comunidade Científica

I.2. Equipe Técnica e Convidados

Alessandra de Moura Brandão – MCT/SEITEC

Alisson Alexandre Araújo – MCT/SETEF

Anderson Jorge de Souza Filho – ABINEE

Antenor Cesar Vanderlei Corrêa – MCT/SEITEC

Francisco Silveira dos Santos – MCT/SEITEC

Janaína Prevot – FINEP

Luiz Antônio Senna Catarcione – MC

Luiz Tadeu da Silva – MCT/SEITEC

Maria Ângela do Rego Barros – ABINEE

Maria Sylvia Derenusson – ABC

Paulo Müller – CNPq

Victoria Amanda Hirle de Freitas – MDIC

II. Proposta de Pauta da Reunião (Anexo II)

III. Lista de material entregue (Anexo III)

IV. Andamento da reunião

1. Após a abertura da reunião, **Célia Joseli do Nascimento** apresentou a situação dos pleitos de credenciamento de instituições de ensino e pesquisa submetidos ao CATI até 08 de dezembro de 2004, que totalizavam 229, sendo 168 as instituições já credenciadas (Anexo IV). Informou, então, que a posição relativa aos depósitos no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na categoria de programação específica Fundo Setorial de Tecnologia da Informação (CT-Info), em 2004, era de R\$ 12,08 milhões no primeiro trimestre, de R\$ 9,5 milhões no segundo trimestre, R\$ 11,9 milhões no terceiro trimestre e R\$ 5,1 milhões no quarto trimestre, totalizando, no ano, R\$ 38,58 milhões (Anexo V).
2. Em seguida, **Francisco Silveira dos Santos**, **Maria Angela do Rego Barros** e **Anderson Jorge de Souza Filho** apresentaram o Relatório Final do trabalho do GT VIII, formado para revisar a Resolução CATI nº 005/2002, sobre Critérios de Credenciamento e de Descredenciamento de Instituições de E&P (Anexo VI). **Carlos**

Henrique Cabral Duarte observou que a proposta de resolução feita pelo GT-VIII não havia sido distribuída previamente aos membros do CATI. Solicitou, então, que houvesse um tempo maior para análise e sugestões de alteração. **Manuel Fernando Lousada Soares** observou que a proposta de resolução tinha sido elaborada antes da aprovação da Lei de Inovação e que, portanto, seria necessário que o documento passasse por uma revisão, incorporando suas diretrizes. Afirmou ainda que era necessário haver uma avaliação mais apurada dos resultados da Lei de Informática. **Francisco Silveira dos Santos** informou que está prevista a realização de um seminário, em março, provavelmente em Pernambuco, para avaliar esses resultados. Explicou que o seminário seria o complemento a uma análise a ser feita pelo MCT, com base em seus relatórios. **Carlos José Pereira de Lucena** disse considerar que o MCT/SEITEC não tinha condições de realizar essa avaliação sozinho e que tinha sido cogitado o envolvimento do CGEE nesse processo, contando com a participação de especialistas da área. **Manuel Fernando Lousada Soares** disse que o CGEE poderia ter um papel importante nesse processo, sendo necessário, buscar metodologias de avaliação que não se restringissem à apuração dos resultados técnicos e científicos, mas que também dessem conta de outros aspectos, como por exemplo, dos impactos sociais e econômicos dos investimentos feitos. *Ficou decidido que as sugestões de alteração à proposta de resolução serão colhidas até 10/01/2005, por meio eletrônico.*

3. **Jackson Maia e Hamilton José Mendes da Silva** fizeram a apresentação do Relatório Final do PAETI (Anexo VII). **Carlos Henrique Cabral Duarte** apontou que:
 - a) entre as empresas apoiadas com recursos do PAETI, o BNDES teve contato com a Wings, Vale Verde e Navcon, e que eram realmente empresas que se destacavam pela inovação;
 - b) foi um grande mérito o Programa ter sido em regime de fluxo contínuo;
 - c) a despeito da interseção, como a concorrência no Edital Recursos Humanos para PITCE era muito grande, justificar-se-ia manter o Programa, voltado especificamente para a área de TI. Pediu que o CNPq comentasse a questão do valor das bolsas e da contrapartida das empresas. **Jackson Maia** explicou que assumiu a coordenação do CNPq responsável pelo PAETI em março de 2004 e que, portanto, não tinha conhecimento aprofundado dessas questões. **Sérgio Bampi** lembrou que a comissão de avaliação recomendara que, caso o PAETI tivesse continuidade, fossem estabelecidos limites de números de bolsas para os projetos. Apontou que, entre as razões pelas quais o Edital tinha sido cancelado, estavam o baixo valor das bolsas e o fato de o CNPq vetar a acumulação da bolsa com o salário pago pelas empresas, o que, como algumas empresas pretendiam, poderia ser usado como contrapartida. Observou que, caso essa prática continuasse a ser vetada pelo CNPq, deveria ser criada uma nova modalidade de bolsas para os Fundos Setoriais. **Jackson Maia** comentou que, pelos relatos feitos à banca de avaliação, as pequenas empresas tinham tido menor dificuldade para trabalhar com o valor das bolsas, sendo que os maiores problemas foram enfrentados pelas empresas que receberam mais recursos. **Sérgio Bampi** disse que o fato de cinco dos projetos do PAETI serem de hardware e software integrados era um indício da necessidade de que houvesse editais transversais para cooperação de ICT's e empresas para cada uma das áreas da PITCE. **Manuel Fernando Lousada Soares** apontou que as agências de fomento do MCT precisavam, urgentemente, começar a desenhar seus instrumentos para utilizar a subvenção econômica prevista na Lei de Inovação. **José Roberto Drugowich de Felício** reconheceu que os valores das bolsas eram baixos, porque estavam há muito tempo sem ser reajustados, mas que se estava avaliando um percentual de reajuste ou a criação de novas modalidades de bolsas. Disse que o CNPq procuraria retirar todas as restrições possíveis para atender da melhor maneira aos Fundos Setoriais.
4. Na seqüência, **Janáina Prevot** fez o relato das ações transversais apoiadas pelo CT-Info em 2004 e operadas pela FINEP (Anexo VIII). Informou que, para a Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal 06/2004 – Inovação na Categoria Software

para Segmentos Emergentes, foram apresentadas 102 propostas, no total de R\$ 69,05 milhões de recursos solicitados, tendo sido 37 as pré-qualificadas, somando R\$ 49,76 milhões, das quais 25 foram recomendadas para análise conclusiva (R\$ 18,93 milhões), sendo 15 delas aprovadas, totalizando R\$ 9,29 milhões. Informou que a contrapartida financeira nessa Chamada ficou em R\$ 757 mil. Com relação à Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal 05/2004 – Biblioteca de Componentes, **Janaina Prevot** informou que a demanda global foi de 18 propostas, no total de R\$ 13,68 milhões de recursos solicitados, tendo sido 8 as pré-qualificadas, totalizando R\$ 8,21 milhões, das quais 4 foram recomendadas para análise conclusiva (R\$ 5,84 milhões), sendo 3 delas aprovadas, somando R\$ 3,5 milhões. Informou que a contrapartida financeira ficou em R\$ 20 mil. Quanto à Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal 03/2004 – Modernização de Institutos, informou que a demanda global foi de 108 propostas, no total de R\$ 129 milhões de recursos solicitados, tendo sido 50 as pré-qualificadas, totalizando R\$ 72 milhões, das quais 14 foram recomendadas para análise conclusiva e aprovadas, somando R\$ 17,1 milhões, sendo a contrapartida financeira de R\$ 576 mil. Disse que, na Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal 02/2004 – Cooperação ICT's/Empresas, a demanda global foi, nas duas fases, de 312 propostas, no total de R\$ 200 milhões de recursos solicitados, tendo sido 162 as pré-qualificadas, totalizando R\$ 94 milhões, das quais 138 foram recomendadas para análise conclusiva, sendo 93 delas aprovadas, somando R\$ 51 milhões. Saliou que, apesar de o CT-Info ter aportado menos de 3 % do recurso total da chamada, 17 % das propostas aprovadas eram da área de TI, o que evidenciava uma alavancagem de recursos para esse setor no âmbito das ações transversais. **Sérgio Bampi** comentou que, nessa chamada, tinha havido uma prevalência de projetos na área de petróleo, o que reforçava a necessidade de que houvesse editais de cooperação ICT's/Empresas específicos para as áreas da PITCE, com contrapartidas variando de 2% a 15%. Pediu que essa proposta fosse registrada em ata e levada ao Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais (CCF). Com relação ao Programa de Apoio a Segmentos Emergentes/Visualização, **Janaina Prevot** explicou que dois projetos, a Rede Brasileira de Visualização, da PUC-Rio, e o Centro de Visualização e Meios Interativos, do LSI-USP, haviam sido contratados, no total de R\$ 2,5 milhões. Por fim, informou que a Encomenda Programa para Melhoria do Software Brasileiro, executada pela Softex, totalizando R\$ 1,5 milhão, já havia sido aprovada pela Diretoria Executiva da FINEP.

5. Com relação às ações verticais, informou que à Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Info 01/2004 – Grade foram apresentadas 28 propostas, no total de R\$ 13,37 milhões solicitados, tendo sido 15 as pré-qualificadas, somando R\$ 8,22 milhões, das quais 6 foram recomendadas para análise conclusiva (R\$ 3,47 milhões) e aprovadas, totalizando R\$ 2,9 milhões, devido à sugestão da banca de avaliação para revisão orçamentária de alguns projetos. Afirmou que, nessa chamada, a contrapartida financeira alcançou R\$ 132 mil. Quanto à Encomenda Núcleo de Apoio Jurídico ao Software Livre, informou que havia sido feita à Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e que os valores contratados eram de R\$ 275 mil reais. Informou que o Aditamento da Ação Software Livre não tinha ocorrido por problemas que seriam esclarecidos no período da tarde. Em seguida, **Janaina Prevot** apresentou os projetos aprovados, pré-qualificados, bem como a demanda global ocorrida para os programas Inovação na Categoria Software para Segmentos Emergentes (Anexo IX), Biblioteca de Componentes (Anexo X) e Computação em Grade aplicada à Área de Governo (Anexo XI).
6. **Antenor Cesar Vanderlei Corrêa** lembrou que alguns membros do CATI tinham ficado responsáveis por fazer o acompanhamento de cada uma das ações, verticais e transversais. Nesse sentido, solicitou que, na próxima reunião, os responsáveis apresentassem os resultados desse acompanhamento. **Silvio Romero de Lemos Meira** observou que, para os próximos editais, era fundamental: a) haver mais tempo

para elaboração das propostas de projetos e para montagem das redes proponente-executor-interveniente; b) haver uma noção clara da continuidade dos editais, com a perspectiva de que para os programas fundamentais sejam lançadas chamadas com determinada periodicidade. **Sérgio Bampi** reforçou a preocupação de que o CATI tenha uma programação plurianual e que invista em programas de longo prazo. Pediu que ficasse registrado que a SBC estava propondo, entre as ações verticais para 2005, o investimento na formação basal de recursos humanos sem orientação específica de área, como, por exemplo, um edital para pesquisa acadêmica ou tecnológica para pequenos grupos. **Janaína Prevot** informou que havia outra encomenda, financiada com recursos do Fundo Verde Amarelo, sob responsabilidade da BRASSCOM, intitulada Plano de Desenvolvimento da Exportação Brasileira de Programa de Computação (Software) e de seus serviços correlatos, operada pela FINEP e que estava em fase de contratação.

7. No período da tarde, **Carlos José Pereira de Lucena** disse que, na 1ª Reunião Extraordinária de 2004 do CATI, tinha tomado conhecimento da decisão do Comitê sobre a continuidade dos Projetos do PD&I-TI. Apontou que a opção do CATI de referendar a recomendação da banca de avaliação de apoiar o maior número de projetos apresentava alguns problemas (Anexo XII – propostas A, A modificada, B e C): a) haveria cortes aleatórios que chegavam até 50 % dos recursos previstos para 2004 e 2005 no caso de alguns projetos, o que inviabilizaria a continuidade de suas atividades. Ressaltou que esses cortes não levaram em conta a existência de três categorias de projetos: grandes, médios e pequenos, tendo prejudicado principalmente os de grande porte; b) essa opção era contrária à indicação inicial do CATI de renovar até 50 % dos projetos mais bem qualificados dentro dos recursos disponíveis. Sugeriu que os outros projetos considerados meritórios fossem apoiados com recursos das ações verticais 2005. **Sérgio Bampi** lembrou que, na proposta inicial do CATI sobre o PD&I-TI, ocorrida na 15ª Reunião, estavam previstas duas etapas: 1) a renovação de até 50 % dos melhores projetos dentro do limite de R\$ 3,5 milhões; 2) o lançamento de um novo edital para Grupos de Excelência, nos mesmos moldes, para 2005. **Paulo Müller** explicou que, por uma questão de tempo, o CNPq havia decidido estender todos os 38 projetos por seis meses, sem aporte de bolsas. **Roberto Pinto Martins** disse que a aprovação da proposta que previa cortes em alguns projetos para atender a um maior número de grupos tinha ocorrido porque havia a informação de que esses cortes não inviabilizariam a continuidade das atividades inicialmente previstas nos projetos, mas que, como no momento estava sendo trazida uma informação diferente, seria necessário repensar a decisão. *Ficou decidido que seriam apoiados integralmente os 13 projetos mais bem qualificados, dentro do orçamento de R\$ 3,5 milhões disponíveis para 2004, e que a decisão sobre o aporte de recursos para os outros projetos seria considerada no contexto na discussão sobre as ações verticais 2005.* **Carlos José Pereira de Lucena** pediu que ficasse registrada a carta do professor Tarcísio Pequeno, da Universidade Federal do Ceará, sobre a banca de avaliação do PD&I-TI, na qual levantava 3 pontos: a) a avaliação não teve apoio de pareceres *ad hoc*; b) há a necessidade de trabalhos científicos serem avaliados apenas por pesquisadores e cientistas, da mesma forma que o processo de seleção do PD&I-TI; e c) há a necessidade da avaliação ser feita por decisão consensual e não com base em notas.
8. Apreciada e aprovada a ata da reunião anterior, **Roberto Pinto Martins** informou que a previsão orçamentária para o CT-Info em 2005 era de R\$ 31,540 milhões. Explicou que, desses recursos, R\$ 8,878 milhões estavam comprometidos com ações apoiadas em anos anteriores, 2 % eram a taxa de administração da FINEP e 5 % despesas operacionais, resultando em um saldo de R\$ 20,454 para as ações de 2005 (Anexo XIII). Explicou que, em sua reunião do dia 07/12, o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais tinha elaborado uma Resolução, na qual constavam as propostas de ações transversais às quais os Comitês Gestores deveriam aportar recursos (Anexo XIV). Informou que a Resolução era o produto da discussão em

torno das propostas levadas ao CCF por todos os Comitês Gestores e que as tarefas do CATI eram identificar as ações que tinha interesse de apoiar e alocar a cada uma delas uma parcela de recursos, as quais deveriam somar no mínimo 50 % do orçamento disponível para 2005. Esclareceu que essas propostas seriam levadas ao CCF que, em sua reunião de janeiro, as consolidará e as reencaminhará aos Comitês Gestores para que as homologassem. Informou que a expectativa era que, em 19 de janeiro, haja um Seminário de Integração dos Fundos, no qual, entre outras coisas, seria apresentada a consolidação das ações transversais e, em 20 de janeiro, uma reunião específica de cada Comitê Gestor para homologá-las. Após discussão, o CATI decidiu alocar R\$ 11,227 milhões de recursos às Ações Transversais 2005, conforme discriminado no Anexo XV, e R\$ 9,227 para as Ações Verticais 2005.

9. **Roberto Pinto Martins** comentou que, por mais de uma vez durante a reunião, tinha sido observada a existência de uma deficiência na formação de recursos humanos nas áreas de software e de microeletrônica. Propôs que, nesse sentido, para a próxima reunião, se pensasse em estruturar o ProTeM CC e o PNM Design para que passassem a ter forte direcionamento para a formação de recursos humanos, ou mesmo estruturar um programa de formação de recursos humanos e elegê-lo como prioritário. **Silvio Romero de Lemos Meira** solicitou que, na próxima reunião, haja um levantamento do que estava ocorrendo nos Programas Prioritários, para subsidiar uma decisão desse tipo.
10. Tendo sido informado que a próxima reunião ocorrerá em 20 de janeiro de 2005 e que deve constar da pauta: 1) *Apresentação das Ações Apoiadas pelo CT-Info em 2004 e operadas pelo CNPq (RHAE Inovação; PDPG-TI)*; 2) *Votação Presencial dos Pareceres Técnicos nº 25, 28, 29 e 30*; 3) *Homologação das Ações Transversais 2005*; 4) *Ações Verticais 2005*; 5) *Apresentação do resultado final do trabalho do GT encarregado de revisar os critérios de credenciamento e descredenciamento de instituições de ensino e pesquisa*; e 6) *Outros assuntos*, **Roberto Pinto Martins** agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

De acordo,

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Comunidade Científica

Comunidade Científica